EXTRAPRENSA
CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

GESTÃO CULTURAL NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS

[ARTIGO]

Antonio Albino Canelas Rubim
Universidade Federal da Bahia
Luana Vilutis
Universidade Federal da Bahia
Gleise Cristiane Ferreira de Oliveira
Universidade Federal da Bahia

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Após o reconhecimento da complexidade e das dificuldades de imaginar um futuro na atualidade brasileira, devido a um conjunto de fatores associados à pandemia e ao pandemônio vividos no país, este texto busca traçar algumas inferências acerca do futuro da cultura e sua gestão no Brasil. Nesse sentido, são analisados quatro horizontes, considerados relevantes e conectados aos processos em curso na sociedade brasileira: a instalação da sociabilidade contemporânea; a possível emergência do federalismo cultural; as exigências atuais da transversalidade da cultura, provenientes do acionamento do conceito ampliado de cultura; e o entendimento de uma ideia de sustentabilidade da cultura não reduzida à dimensão meramente econômica. O exercício de imaginação desenvolvido dialoga com dilemas presentes na conjuntura brasileira e, em especial, com seus desdobramentos nos próximos anos, a fim de não ficar prisioneiro dos tempos sombrios atuais.

Palavras-chave: Gestão cultural. Políticas culturais. Pós-pandemia. Atualidade brasileira. covid-19.

After recognizing the complexity and difficulties of imagining a future in Brazil's current reality, due to a set of factors associated with the pandemic and the pandemonium the country is experiencing, this text seeks to draw some inferences about the future of culture and its management in Brazil. Thus, four perspectives, considered relevant and related to ongoing processes in Brazilian society are analyzed: the establishment of contemporary sociability, the possible emergence of cultural federalism, the current demand for an intersectional approach towards culture, which arises from the broadening of the concept of culture, and the understanding of culture sustainability beyond its economic dimension. This exercise in imagination embraces dilemmas of the current Brazilian reality and, in particular, future developments for the years to come, aiming to overcome the current dark times.

Keywords: Cultural management. Cultural policies. Post-pandemic. Brazilian news. COVID-19.

Después de reconocer la complejidad y las dificultades de imaginar el futuro hoy en día en Brasil debido a un conjunto de factores asociados a la pandemia y al pandemonio vividos en el país, este texto pretende lanzar algunas inferencias sobre el futuro de la cultura y la gestión en Brasil. En este sentido, son analizados cuatro horizontes, considerados relevantes y conectados a los procesos en curso en la sociedad brasileña: la instalación de la sociabilidad contemporánea, la posible emergencia del federalismo

DOI: https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185326

cultural, las exigencias actuales de transversalidad de la cultura provenientes de la activación del concepto ampliado de cultura, y la comprensión de una idea de sostenibilidad de la cultura no reducida a su dimensión meramente económica. El ejercicio de imaginación aquí desarrollado dialoga con dilemas presentes en la coyuntura brasileña y, en particular, con su extensión en los próximos años para no ser prisionero de los tiempos sombríos actuales.

Palabras clave: Gestión cultural. Políticas culturales. Pos-pandemia. Actualidade brasileña. covid-19.

DOI: https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185326

O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer, e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros. (Antonio Gramsci, Cadernos do cárcere)

Introdução

O desafio proposto pela convocatória do periódico solicita que se pense a gestão cultural para os próximos dez anos. O tempo presente, no mundo e, em especial, no Brasil, parece impossibilitar a imaginação de futuros. A interdição, em uma visão mais imediata e aparente, deriva da pandemia, que, por sua disseminação universal, criou um profundo mundo de incertezas, apresentando-nos situações antes inimagináveis, como a paralisia da vida e a brutal profusão das mortes. A pandemia desordenou o presente e parece impossibilitar futuros. Ela colocou em cena o inesperado e o imprevisto, revelou o imponderável e nos colocou diante do indeterminado, anunciando a impermanência da vida. Como, então, desenhar futuros em tais circunstâncias dramáticas?

A ideologia, conforme a teoria crítica da sociedade, navega na superfície do oceano. Ela expressa a aparência do mundo (COHN, 1986). Para além da superfície, sem nenhum menosprezo, cabe um mergulho na atualidade brasileira para compreender com mais rigor a radicalidade deste tempo de incertezas que fere o Brasil. Em uma situação singularíssima, a conjuntura nacional traduz a confluência perversa, para recordar a interessante expressão de Evelina Dagnino (2005), entre pandemia e pandemônio.

Instalado no país desde 2016, com o golpe midiático-jurídico-parlamentar, aprofundado com as eleições antidemocráticas de 2018 e consolidado na gestão de Messias Bolsonaro, a partir de 2019, o pandemônio, tal qual a pandemia, se alastrou pelo país. Ele não apenas contaminou a gestão da pandemia, mas viralizou para além desta, inoculando diferentes esferas da sociedade brasileira. O pandemônio invadiu a sociedade e produziu múltiplas crises entrelaçadas: econômica, social, ambiental, política, educacional, universitária, científica, cultural, civilizatória etc. (RUBIM, 2020b).

O pandemônio induz uma sensação de intenso caos e desordem, tal como aparenta a realidade brasileira desde janeiro de 2019. A gestão da pandemia no país emerge como um caso exemplar. Para superar essa aparência, plena de ideologia, torna-se necessário mergulhar para além da superfície e entender que o caos tem sido acionado em diversos lugares do mundo como estratégia política (EMPOLI, 2020). Ou seja, o pandemônio no Brasil funciona como estratégia política do governo de extrema-direita de Messias Bolsonaro.

O pandemônio desenvolvido no campo político causou profunda ruptura democrática, fragilizando a institucionalidade – entendida para além da existência meramente formal das instituições, leis, regras e rotinas pactuadas socialmente – que colocava balizas para a atuação democrática e republicana dos cidadãos e dos agentes políticos – coletivos e individuais – no país. Na sociedade e no âmbito político, passou a prevalecer a "lei" do mais forte e do salve-se quem puder. Sem instituições, leis, regras, condutas e balizamentos acordados, fica impossível alguma previsibilidade

consistente, mesmo de curto prazo. Dessa forma, o país se torna vítima de ações aleatórias e de "surpresas", sem presente ou futuro possíveis. Como imaginar, neste contexto, dez anos para adiante? O país parece interditado de imaginar futuros.

Nesse contexto internacional e, em especial, nacional, este texto obrigatoriamente deve expressar, de imediato, as dificuldades de uma previsão mais rigorosa e precisa. Em lugar de esconder tais impasses, melhor expor seus dilemas e fragilidades. É a partir de um olhar crítico da contemporaneidade que podemos projetar possibilidades futuras, e é isso que propomos neste texto: ressaltar aspectos da atualidade que, acreditamos, ganharão ressonância nos próximos anos e serão chaves importantes para superarmos alguns dos impasses que vivemos. Cabe delimitar as fronteiras possíveis para cumprir tal objetivo e focar, de maneira mais modesta, em algumas precárias previsões voltadas a determinados aspectos da vida prejudicada, para lembrar a bela formulação de Theodor Adorno (1987). Nessa perspectiva, buscamos traçar um exercício de pensar os impactos da pandemia e do pandemônio sobre a cultura e a gestão cultural no Brasil.

A pandemia, a sociabilidade contemporânea e a cultura

Os atuais tempos sombrios ameaçam o planeta. A perversa combinação entre a crescente desigualdade produzida pelo neoliberalismo e a ascensão de movimentos e governos autoritários de extrema-direita fabricou monstros no cenário internacional. Em 2020 e 2021, a pandemia do novo coronavírus sobredeterminou o cenário atual dos tempos sombrios. A conjunção de neoliberalismo, neofascismos e pandemia repercute graves efeitos sobre a vida e a civilidade humanas.

A pandemia ocasiona alterações radicais na vida cotidiana: distanciamentos sociais, uso de máscaras, paralisações de atividades, lockdown, sobrecarga dos serviços de saúde e muitas mortes. Seu impacto no campo cultural é enorme e paradoxal. A cultura presencial ao vivo foi uma das primeiras áreas a ter as atividades suspensas e será uma das últimas a retornar à vida, sofrendo profundamente com a pandemia, pois tem como seiva vital a convivência. Já a cultura virtual, mediada por aparatos sociotecnológicos, demonstrou-se companheira inseparável das multidões solitárias aprisionadas em quarentena, quando as condições sociais e econômicas permitiam. A cultura midiatizada se tornou imprescindível à saúde emocional e mental das pessoas submetidas a situações limite de intensa solidão, dado o rompimento das suas relações sociais e afetivas. Com a longa duração da pandemia, a cultura midiatizada também afetou e deprimiu a cultura mediada, pois seus estoques precisam ser renovados por novas obras, que requerem fabricação convivencial ao vivo.

A expansão virótica das atividades on-line deve ser assinalada como um registro especial, visto que são mediadas pelas redes de computadores. Ainda que elas preexistam à pandemia, sua atual disseminação universal produziu um aumento vertiginoso de trabalhos remotos, ensino à distância, reuniões on-line, lives etc.

Ou seja, a vida/realidade distante é, hoje, cada vez mais instantes de vida/realidade compartilhada. E, quando a produção cultural on-line ganha maior espaço do que a obra ao vivo, a cultura também perde em espontaneidade, interação e fluidez. A sociabilidade contemporânea, conjugando convivência e televivência – vivência à distância – se impôs com a pandemia. Pode-se afirmar sem medo de errar: com a pandemia nos tornamos efetivamente contemporâneos (RUBIM, 2020a). Difícil imaginar que esse efeito colateral da pandemia desapareça quando ela for superada.

A confluência perversa de pandemia e pandemônio cria um mundo de incertezas, como já dito. Poucas certezas podem ser garimpadas sobre o depois, mas uma delas parece se impor, sem mais: seremos contemporâneos ao "novo normal", infeliz expressão cunhada para designar algo que desconhecemos, algo que não se pode hoje imaginar. Mesmo não sendo possível delinear precisamente seus contornos, sabemos que a expressão deveria revelar mudanças profundas em diversos níveis e dimensões da vida em sociedade e da fruição da cultura.

A pandemia atinge a sociabilidade moderna. Ela impõe aos governos responsáveis e aos não genocidas o distanciamento social e a quarentena. Logo, a modernidade, em peculiar modalidade de viver a sociedade, encontra-se em xeque-mate ante a disseminação pandêmica do coronavírus. Com espaços e tempos presenciais de convivência pública interditados ou fragilizados, a sociabilidade moderna sofre intenso abalo. Em momentos normais, ela se alimenta desses convívios nas ruas, praças, jardins, parlamentos, estádios, teatros, cinemas, galerias, museus, bares, restaurantes e outros ambientes públicos de compartilhamento social. Sem eles, a modernidade e sua sociabilidade parecem se esvair.

O encolhimento da vida pública e a expansão do espaço privado não expressam as inusitadas mudanças das modalidades de vida na atualidade pandêmica. Outra dimensão, nascida na modernidade, mas expandida em progressão geométrica e consolidada na contemporaneidade, se alastra como o vírus por todos os ambientes. Trata-se dos aparatos sociotecnológicos de produção e distribuição de bens e serviços culturais. Tais aparatos nos inserem em novas modalidades de vida, pois criam e propiciam uma vivência à distância em tempo real e espaço planetário. Não cabe identificar, de modo equivocado, a internacionalização e a globalização, mas sim de conceber que vivemos agora o mundo de modo instantâneo-planetário, isto é, um mundo global não destituído de amores e dores locais (RUBIM, 2001). Cabe reforçar que as formas contemporâneas de estar conectado global ou planetariamente são por demais desiguais. A pandemia, conjugada ao pandemônio, deixou exposta a desigualdade das necessidades culturais e as assimetrias no acesso à cultura e aos direitos culturais. A cultura, em seu sentido alargado, considera formas de alimentar, por exemplo, que foram radicalmente comprometidas pela decisão desastrosa de não lidar efetivamente com as necessidades emergenciais.

O acesso às ferramentas digitais, aos aparatos sociotecnológicos e aos dispositivos tecnológicos joga um papel chave na disputa de dados e informações, que

é central na atualidade. Se por um lado essas ferramentas nunca estiveram tão disponíveis, por outro, nunca foi tão valioso dispor de dados, contatos e informações de seus usuários. Os algoritmos conseguem prever comportamentos, moldar hábitos e antecipar escolhas. A inconcebível neutralidade desses aparatos e algoritmos evidencia que eles são carregados de componentes culturais e que o acesso ao meio digital segue concentrado, o que reforça a importância de diversificar a produção de novas tecnologias e ampliar o acesso a essas linguagens e ferramentas. Ao tentar olhar para os próximos dez anos, não podemos deixar de reafirmar o que já era necessário há 20 anos: investir na democratização do acesso à criação de softwares e ferramentas livres. O avanço e a difusão da cultura livre podem ser considerados estratégias para conter o avanço das desigualdades e da concentração de dados e informações no futuro, assim como no presente.

A sociabilidade contemporânea combina o global e o local, captados na contração de rara felicidade da sintética noção glocal. A contemporaneidade miscigena em sua singular sociabilidade, convivência e televivência, ou melhor, vivência em presença e vivência a distância. No mundo proliferante das telas, a expressão tele adquire crucial sentido. Às arcaicas tecnologias denominadas telefone e televisão se agregam novas, como telescópios e telemóveis, modo adequado e literal de os portugueses denominarem os celulares. Infinitas nomeações de teles, algumas mais ousadas, são usadas por diversos autores para designar mundos à distância, que se tornam dados vitais da experiência humana na Terra: televivências, telerrealidade etc. Telas e teles fazem a sociabilidade atual. A pandemia, ao tensionar a convivência, pública ou privada, nos obriga à televivência, que já existia, mas não era vivida no cotidiano por grande parte da humanidade. Agora, ela se disseminou e se naturalizou cotidiana, com a característica adicional e peculiar de estar restrita ao universo doméstico. Proliferaram, dessa forma, trabalhos remotos, ensino a distância, reuniões virtuais, lives e muitas outras vidas estendidas, hoje umbilicalmente mescladas com as vidas gestadas no entorno e nas proximidades.

A inibição da convivência pública, as tensões da vida privada prolongada e a exacerbação dos registros de vidas a distância, com realidades tão reais quanto aquelas tecidas pela proximidade, conformam um admirável novo mundo e a nova sociabilidade. Enfim, a pandemia nos tornou contemporâneos. A exacerbação das vidas a distância, tão sedutoras para os jovens em seus eternos tempos de jogos eletrônicos, e o desencanto com as agruras da vida pública e privada talvez nos tornem perigosamente pós-contemporâneos, como antídoto à solidão e às angústias da vida que não se pode viver.

Assim, a pandemia inibe a sociabilidade moderna, na qual predominam a presença, a proximidade e a convivência, exacerbando os traços contemporâneos da sociabilidade. É natural que tais alterações profundas no modo de vida, ainda que permaneçam submetidas a uma lógica de exploração capitalista, tenham íntimas conexões com o universo da cultura. Dessa forma, novas manifestações, produtos e modalidades culturais florescem, envolvendo criação, produção, difusão, transmissão, preservação, formação, pesquisa, crítica, consumo etc. jamais imaginados. As culturas digitais

proliferam e se tornam, de certa forma, tautológicas. A experiência cultural seguramente passará a ter maior impacto subjetivo e valor objetivo após a pandemia, mas, para isso, tais transformações culturais demandam novos modelos de gestão cultural.

Pandemônio e federalismo cultural

A gestão cultural deve levar em conta para o futuro outros fatores da atual conjuntura nacional e internacional, como o reforço compulsório do caráter federativo da república no Brasil. A pandemia ensejou debates e embates sobre a gestão política brasileira, visto que o governo Messias Bolsonaro levou a União ao confronto permanente com governadores estaduais e prefeitos municipais, dirigentes maiores de entes federativos que, junto com a União, conformam a federação brasileira. O descaso, assim como o descuido da União com a pandemia, se contrapôs aos municípios, estados e ao Distrito Federal, que buscavam, muitas vezes, seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no enfrentamento da crise sanitária. Tal atitude gerou mais um pandemônio a ser vivenciado pela sociedade, tornando o tratamento da pandemia no país algo caótico. Como cegos em tiroteio, a população vive um constante reforço das disputas do "nós contra eles". Além disso, a ausência de lideranças alinhadas no enfrentamento da pandemia contribui para negacionismos acentuados. O resultado tem sido a catástrofe que hoje se abate sobre a população brasileira, com 555.460 mil mortos em 29 de julho de 2021 e o registro de quase 20 milhões de pessoas infectadas no país desde março de 2020.

Paradoxalmente, o efeito colateral do pandemônio instalado e do conflito com os entes federativos possibilitou o fortalecimento do exercício dos poderes federativos de estados e municípios, muitas vezes inibidos, em outros tempos, pelo poder político e econômico centralizador do governo federal. Estados e municípios se movimentaram e tomaram iniciativas sanitárias, políticas e jurídicas à revelia, e mesmo contrárias, à União. Esse dado não deve ser menosprezado na análise da complexa conjuntura configurada pela confluência perversa entre pandemia e pandemônio. O Consórcio Nordeste, que reúne nove estados da região, destaca-se como exemplo emblemático de inovações institucionais na federação brasileira.

O federalismo também impactou o campo da cultura. Tradição recente, o federalismo cultural foi historicamente ignorado na trajetória cultural brasileira. Foi apenas a partir de 2003 que ele começou a despontar em passos claudicantes. Nesse sentido, a relação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) com o federalismo cultural aparece como destaque. O SNC transitou da quase desconexão com o federalismo em seus instantes iniciais para se tornar, na sua construção coletiva, um dos mais conscientes exercícios de federalismo cultural (ROCHA, 2018), com vigorosos impactos na gestão cultural e, inclusive, uma atenção especial para com a formação de gestores culturais, realizada por meio de inúmeros cursos apoiados pelo extinto Ministério da Cultura em todas as regiões do país.

Paralisado de modo deliberado nas gestões Michel Temer e Messias Bolsonaro, o SNC se manteve quase hibernando em ações estaduais e municipais, mas se reanimou com a conquista da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (LAB) (BRASIL, 2020). O auxílio emergencial à cultura destinou R$ 3 bilhões ao setor, com repasses a estados e municípios que transferiram recursos a trabalhadores e espaços culturais. Por meio da LAB, foi possível repassar o auxílio mensal de R$ 600 a pessoas físicas que atuam no setor cultural e também destinar subsídios de R$ 3 mil a R$ 10 mil para a manutenção de espaços culturais e a realização de editais estaduais e municipais. As dificuldades de execução da LAB correspondem às fragilidades do federalismo cultural que precisam ser enfrentadas nos próximos anos. Essas questões também dizem respeito aos desafios experimentados pelo SNC, à ausência de um sistema de informações e dados cadastrais integrados de agentes e espaços culturais e à falta de uma estrutura normativa e administrativa articulada entre a União, estados e municípios com instrumentos de repasse, regulamentações e normas de fomento compartilhadas, dentre outras limitações.

Sucumbindo desde o início da pandemia e interditado de seus fazeres em formatos tradicionais, o setor cultural, mais uma vez menosprezado – inclusive por seu papel gerador de renda e seu potencial de mobilização social e econômica –, foi o último a receber o auxílio emergencial. A cultura e seus fazedores conquistaram como último suspiro a Lei Aldir Blanc. Cabe salientar que os trabalhadores da cultura não estão restritos aos holofotes, mas sem eles a cena não se completa. Muitos, ao contrário, ficam, por exemplo, nos bastidores, na iluminação, na cenografia, na bilheteria, no figurino, na limpeza etc., ou seja, muitos perderam seus postos de trabalho e sustento.

Seguindo os pressupostos básicos de que as transformações sociais não estão dadas, mas são fruto de intensos debates e lutas, a LAB resultou da mobilização do campo cultural junto ao Congresso Nacional, por meio de partidos e parlamentares democráticos e de esquerda. A mobilização social em torno do auxílio emergencial para a cultura também foi expressiva e significativa, além de ter incluído uma série de atores de diferentes iniciativas da sociedade civil e grupos organizados. A organização Conferência Popular de Cultura[1] merece destaque pelo seu papel aglutinador e mobilizador, pois a capilaridade que ela alcançou ao convocar instituições e segmentos culturais distintos de norte a sul fez pulsar no Brasil uma lembrança do passado recente, rememorando o discurso de posse de Gilberto Gil no extinto Ministério da Cultura. A convocação da cultura em movimento acenou para futuros possíveis, ainda que exista, nestes tempos sombrios, tanta dificuldade de imaginação de futuros. A estrutura da conferência foi concebida respeitando, em boa medida, a organização federativa com pré-conferências municipais, intermunicipais e estaduais, e aponta para o reforço do modelo federativo na cultura.

A LAB pode ser vista como uma grande vitória em uma conjuntura marcada pelos ataques constantes da gestão Messias Bolsonaro à democracia, às liberdades, à

1 Disponível em: http://conferenciapopulardecultura.org/. Acesso em: 27 set. 2021.

cultura e aos fazedores de cultura. A dissonância entre a lei e as posturas da gestão federal é gigantesca, ainda mais porque a vitória da Lei de Emergência Cultural não derivou apenas dos três bilhões de reais destinados à área da cultura, mas da conquista da distribuição de recursos da União através de uma lógica eminentemente federativa, mobilizando estados, Distrito Federal e municípios.

O panorama traçado acerca da emergência do federalismo e de sua versão cultural não pode deixar de ser considerado ao se imaginar o futuro da gestão cultural no Brasil. Cada vez mais, a lógica federativa deve ser incorporada pela gestão cultural, que precisa articular suas ações de forma a envolver, sempre que possível, os diferentes entes federativos, além de cobrar de todos eles uma atuação efetiva no campo cultural. Subjacente ao tema do federalismo cultural, florescem temáticas associadas que ganham relevância cada vez maior no registro da cultura e da gestão cultural, tais como a territorialização da cultura e a glocalização cultural. Difícil imaginar que o futuro da gestão cultural não contemple em sua atenção tais horizontes.

A cidadania cultural e o direito à cultura são pressupostos para a pluralidade da gestão cultural que hoje se encontram sob ameaça. Garantir o direito à cultura se torna uma urgência atual que não podemos deixar de olhar no futuro. É necessário procurar reparar o que foi perdido com a memória incendiada, a liberdade de expressão silenciada, a democracia cultural dirigida, a participação na vida cultural suspensa, a reflexão crítica e criativa negada e a convivência com o diferente combatida na guerra cultural em curso.

Mesmo com o intenso uso das tecnologias, acentuado pelos ambientes de televivências e relacionamentos a distância, os municípios são (e serão) lugares, por excelência, de construção e vivência da cidadania cultural. A experiência federativa experimentada pela LAB, ao realizar a transferência de recursos, poderá ser aperfeiçoada. Outras iniciativas que emergem do protagonismo social revelam que a gestão cultural poderá adotar formatos híbridos, pois ainda que aconteça em território delimitado, existirá maior possibilidade de inserir participações virtuais, fazendo com que as ações aconteçam glocalmente. Neste sentido, as potencialidades ora experimentadas poderão ganhar outros contornos e espaços.

A aposta em experiências culturais imersivas no cenário pós-pandemia alia a gestão cultural às grandes tendências da tecnologia. Práticas culturais com realidade aumentada, inteligência artificial, assistentes virtuais e máquinas inteligentes procuram conectar o físico ao virtual a partir de tecnologias já disponíveis e que devem ser disseminadas. Contudo, a perspectiva da territorialização da cultura e da gestão cultural comunitária não deve ser enfraquecida, uma vez que a própria crise civilizatória em curso, acentuada pela pandemia do novo coronavírus, reforça uma tendência de revisão de valores e mudanças profundas no comportamento das pessoas. Essa mudança fortalece os valores de união, afeto, solidariedade e cooperação, além de destacar a convivência e o compartilhamento, aspectos intrínsecos da gestão cultural comunitária. Assim, compreendemos a gestão cultural comunitária como uma forma de organização social da cultura, pautada pela pluralidade e pela diversidade,

cuja prática é orientada pelo diálogo intercultural e pela integração social e produtiva (VILUTIS, 2019). A gestão cultural comunitária configura um ambiente fértil para a reprodução da diversidade, valor muito relevante e necessário para a criação do contexto pós-pandêmico.

A gestão cultural comunitária ocorre inscrita em um território e seu caráter coletivo e compartilhado configuram suas principais características. Ela é realizada por agentes culturais implicados social, política e economicamente no território e na ação cultural mobilizada. Por estarem diretamente envolvidos no fazer cultural, esses agentes combinam criação e fruição com participação e gestão. Iniciativas e grupos culturais cuja organização social está vinculada de maneira intrínseca a um território têm nele o fundamento para sua realização e renovação. A construção da cultura no território, assim como a gestão cultural comunitária, é orientada por valores de confiança, relações de proximidade e laços de convivência, aspectos que fortalecem o sentido de pertencimento de grupos sociais e que potencializam o dinamismo intrínseco da cultura, aspectos tão necessários para os tempos atuais e vindouros.

O fomento público a iniciativas territoriais de gestão cultural é algo recente na história das políticas culturais do Brasil e datam do início dos anos 2000, com programas como o Cultura Viva e o Revelando os Brasis. O desafio de fazer chegar recursos públicos a grupos locais, diversos e plurais requer grande mobilização do poder público e sua articulação em âmbito local, estadual e federal. Ações públicas como essas conseguiram capilarizar a promoção da diversidade cultural mesmo com os desafios do federalismo e as dificuldades de implementação, que não foram totalmente superados e agora encontram-se descontinuados.

As previsões acerca do desenvolvimento nos próximos dez anos do federalismo e da territorialização culturais, processos intimamente associados, dependem de algumas resoluções históricas bem determinadas. Caso as correntes autoritárias se imponham nos próximos anos, inclusive, e com destaque, nas eleições presidenciais, tanto o federalismo quanto a territorialização estarão bastante prejudicados, pois a opção autoritária sempre implica centralização e concentração de poder. O pacto federativo, que envolve articulação e diálogo entre União, Distrito Federal, estados e municípios, não subsiste em tal circunstância societária, assim como a territorialização, que envolve o reconhecimento do território como lugar de cultura e supõe a gestão territorializada da cultura. Em situação contrária, caso as tendências democráticas prevaleçam nos próximos dez anos, devemos assistir ao desenvolvimento e consolidação do federalismo cultural e da territorialização da cultura, ambos procedimentos com alta afinidade eletiva com a democracia.

Pandemia, pandemônio e política cultural

Para além da pandemia, o pandemônio coloca em cena a guerra cultural. Quase latente antes da gestão Messias Bolsonaro, a guerra cultural se tornou explícita e

violenta com a ascensão da extrema-direita ao poder central no Brasil. Desde então, o ambiente cultural se viu invadido por ataques às liberdades; censuras; agressões simbólicas e físicas aos fazedores de cultura; perseguição ideológica do governo a professores universitários e pesquisadores acadêmicos; assédio institucional a servidores públicos críticos ao governo Messias Bolsonaro; tentativa de imposição de concepções terraplanistas, negacionistas, supremacistas, criacionistas e assemelhadas; asfixia financeira da cultura etc. Tais mecanismos foram acionados não só pela guerra cultural desencadeada pela gestão Messias Bolsonaro, mas também por setores ideológicos e fundamentalistas, instalados dentro e fora da gestão federal.

Impossível pensar o presente e o futuro da gestão cultural desconhecendo o ambiente saturado de ódio contra a pluralidade política e a diversidade social e cultural. O veneno foi inoculado na sociedade brasileira primeiro pela autointitulada grande mídia para derrubar do poder federal as esquerdas, em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT), viabilizando o golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016 e fomentando um clima de ódio, intolerância e violência que propiciou a irrupção da extrema-direita e sua ascensão ao poder federal, por meio das eleições antidemocráticas de 2018. A partir de 2019, a guerra cultural passou a ser desencadeada explicitamente pela gestão federal, transformando-se em dado inescapável da cena cultural brasileira, infelizmente (ROCHA, 2021).

Após o golpe civil-militar de 1964, Stanislaw Ponte Preta (2015) escreveu *Febeapá: festival de besteira que assola o país*, livro em que registrou com fina ironia a mediocridade que se impôs ao Brasil depois de um dos mais ricos períodos de sua vida cultural (1950-1960). Michel Löwy (2021), em texto recente, observou a mediocridade cultural presente no neofascismo bolsonarista. Sem menosprezar sua astúcia política – afinal de contas, ele chegou ao poder central no país e possui um agrupamento nada desprezível de seguidores fundamentalistas e milicianos –, deve-se reconhecer que a conjunção de uma guerra cultural e de mediocridade impõe ao cenário brasileiro e à gestão cultural enormes desafios para o presente e para o futuro.

Imaginar futuros tem como exercício singular olhar para o passado e para o presente. Basta observar que, após o golpe transvestido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, uma das primeiras atitudes do governo Temer, ainda em sua gestão interina, foi a tentativa de dissolver o Ministério da Cultura. Não foram poucas as manifestações realizadas pelos movimentos Ocupa MinC e Fica MinC, que inviabilizaram a extinção do órgão de cultura. Mas a continuidade dele não significou a continuidade das políticas culturais. O desmonte ficou demasiadamente evidente (OLIVEIRA, 2018).

As eleições de 2018 foram, em boa medida, resultado de uma campanha anti-PT, realizada em um ambiente de grande insatisfação por parte do eleitorado, com discursos de extrema direita aliados ao intenso e ilegal uso de redes sociais para disseminar fake news. Ainda assim, nas eleições, a maioria dos artistas e fazedores de cultura se manifestaram em favor da liberdade, da ciência e da cultura. O discurso de Messias Bolsonaro esteve associado à cultura da violência, a exemplo de seu

gestual, como as mãos em forma de arma, repetido em suas aparições públicas, ainda que revestido de flertes com o cristianismo e moralismos justificados em nome de Deus, da família e da fé.

Nessa perspectiva, o campo e a gestão culturais não podem se furtar a desenvolverem uma inevitável disputa político-cultural, pois sem ela a cena cultural, animada por pluralidade, diversidade, liberdade de criação e de expressão, estará trucidada. Tal disputa não pode se dar nos marcos da guerra cultural, pois aciona a cultura para destruir o outro tornado inimigo, através de violência simbólica e física. A disputa político-cultural, ao contrário, reconhece no outro o direito à alteridade. Ela busca vencer os adversários e não os destruir. A pluralidade e a diversidade são condições essenciais para a disputa e para a constituição de um ambiente político-cultural democrático e de uma cultura criativa e emancipadora. Em suma, a gestão cultural se encontra em um contexto de grande politização da cultura, desafio que não pode – nem deve – desconhecer. A ilusão de uma gestão cultural neutra se dissolve nesse contexto.

Assim como na educação libertadora formulada por Freire (2005), transformar a realidade opressora que silencia e invisibiliza o diferente, o plural e o diverso requer um longo trabalho de conscientização e transformação das bases da sociedade, ou seja, é um trabalho que a gestão cultural não poderá evitar nos próximos anos. A ação cultural de caráter libertador e transformador da realidade opressora é um processo educativo, e seu atributo utópico combina dialeticamente a denúncia e o anúncio: "Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Denúncia e anúncio não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico" (FREIRE, 2005, p. 42).

É nesse compromisso histórico que reside a libertação do opressor pelo oprimido, quando este não reproduz as condições de opressão a que foi submetido e fortalece sua capacidade criadora de novas expressividades, simbolismos, práticas disruptivas e uma outra cultura, fundada em relações mais solidárias, humanas, recíprocas e orientadas por laços de confiança e respeito. Os agentes culturais têm grande responsabilidade nesse processo transformador, pois a ação cultural acontece em diálogo com a sociedade, a partir da problematização das contradições da realidade social e por meio da interação de suas múltiplas parcialidades, do desenvolvimento da unidade na diversidade e da promoção da equidade. Os agentes e gestores culturais são promotores da práxis transformadora da ação cultural ao estabelecer esse diálogo e mediação com a sociedade e proporcionar uma visão crítica que orienta a ação criadora no desenvolvimento da organização social.

Gestão cultural, transversalidade cultural e recursos

O léxico da gestão cultural congrega palavras-chave expressivas da atualidade. Algumas aparecem em quaisquer debates culturais, a exemplo de "identidade" e "diversidade cultural". Outras surgem com

força, como é o caso da "transversalidade cultural". O tema se tornou vital para a gestão cultural desde a adoção da noção ampliada de cultura. Tal concepção, gestada principalmente na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais da Unesco, em 1982, na Cidade do México, teve Gilberto Gil como seu admirável defensor e difusor, durante sua gestão ministerial. A noção ampliada afirma que a cultura enquanto dimensão simbólica perpassa toda sociedade e, por conseguinte, dialoga com os mais diversos campos sociais.

Desse modo, a gestão cultural, para ser contemporânea, assume que sua atuação deve e pode estar associada às mais diversas áreas da sociedade: educação, comunicação, lazer, turismo, economia, condições sociais, trabalho, desenvolvimento urbano, esportes, saúde, segurança pública, desenvolvimento rural, alimentação, política etc. Contudo, um cuidado básico se impõe: a associação da cultura com outras áreas para a realização de políticas transversais não significa subordinação às dinâmicas dos campos afins, mas negociação atenta para buscar pontos efetivos de convergência para a produção de benefícios para todas as áreas envolvidas. Sem articulações transversais na atualidade, muitas políticas culturais têm sua potência deprimida. Em outras palavras, a busca da transversalidade se impõe como algo essencial para uma gestão cultural qualificada que impacte inclusive a potencialização dos recursos para a cultura.

Os agentes culturais, enquanto sujeitos da gestão cultural, são protagonistas dessas ações transversais. Ao transitarem em diversas áreas e setores da sociedade e serem atuantes em suas comunidades e territórios, contribuem para dinamizar o transbordamento da cultura para outros campos, potencializando-os mutuamente. A pandemia do novo coronavírus revelou com forte expressividade esse papel de mobilizador social dos agentes culturais que atuam como elos de articulação da dimensão transformadora da cultura na defesa de direitos. Diante da crise sanitária instalada no Brasil, os agentes culturais passaram a oferecer apoio e suporte diversos às famílias e às comunidades em que estão inseridos, por exemplo, arrecadando recursos, doações, cestas básicas, compartilhando informações, prestando serviços e auxílios variados, entre outras diversas ações de solidariedade.

Deliberadamente, o texto pouco tratou dos recursos necessários para a gestão cultural, tema recorrente devido a sempre presente deficiência de financiamento para a cultura, agravada recentemente pela política deliberada de asfixia do campo cultural empreendida pela gestão Messias Bolsonaro. Não se trata de desprezo pela questão do orçamento. Pelo contrário, trata-se, e cabe sempre afirmar, da carência de financiamento que o campo cultural sofre na maioria das situações. Os recursos são vitais para uma gestão cultural de qualidade, entretanto, a identidade entre boa gestão cultural e a existência de orçamentos satisfatórios nem sempre é verdadeira. Cabe notar que, por vezes, uma gestão cultural pode se destacar a partir de programas e projetos criativos que não exijam grandes volumes de recursos, pois a grande chave de sua sustentabilidade reside justamente na combinação de diferentes fontes e naturezas variadas de apoios e financiamentos.

A escassez de recursos financeiros para a cultura é um desafio histórico bastante difundido, presente no âmbito tanto do poder público quanto da iniciativa privada. Todavia, mesmo diante dessa recorrência, não podemos dizer que o campo cultural opera seguindo a lógica da escassez. Ao contrário, é o paradigma da abundância que rege o mundo da cultura, existente talvez por necessidade ou pela criatividade da cultura, ou ainda pela própria natureza dos bens culturais, que são públicos e não-rivais, o que significa dizer que seu consumo não exclui a possibilidade de fruição por outras pessoas. Os bens da cultura são, por essência, não excludentes. Fato é que a dimensão econômica da cultura mobiliza diferentes lógicas e não fica restrita ao âmbito do mercado. Se um grupo cultural não gera receitas próprias nem possui bilheteria, seguramente ele move outras dinâmicas de sustentabilidade, muitas vezes não monetárias, como trocas diretas de produtos e serviços, doações, ajuda mútua etc.

Além dessa lógica reciprocitária da economia, o setor cultural também acessa recursos públicos, editais e outros mecanismos de transferência direta que constituem meios de financiamento e subvencionamento característicos do princípio redistributivo da economia, configurando a dinâmica não mercantil do setor. A combinação dessas diferentes lógicas econômicas – mercantil, reciprocitária (não monetária) e redistributiva (não mercantil) – configuram a economia solidária compreendida como economia plural (FRANÇA FILHO; VILUTIS, 2020).

A gestão cultural mobiliza práticas comunitárias, populares e solidárias que contribuem para a formação cidadã, para a promoção identitária e para o fortalecimento dos laços de pertencimento. Essas ações culturais podem não ser viáveis econômica e financeiramente, mas isso não significa que não sejam sustentáveis. A sustentabilidade é conferida pelo fato de essas ações apresentarem alto nível de utilidade social ao fortalecerem relações de proximidade e de identidade cultural e promoverem o desenvolvimento local. Imaginar futuros para a gestão cultural passa, dessa forma, pela valorização dessa pluralidade econômica das ações culturais para promover sua sustentabilidade.

Considerações finais

Pensar o que seremos em termos de política e gestão cultural no pós-pandemia está, no caso brasileiro, associado umbilicalmente ao rompimento do pandemônio na condução do país. Superar o pandemônio já é um largo passo, pois significa reconectar a vida com políticas públicas que ajudem a debelar a pandemia e a desenhar outras possibilidades de viver socialmente.

O paradigma do pós-pandemia vai exigir uma profunda conexão com valores e direitos de cidadania. A inovação – tão peculiar à criação cultural – dos fazedores culturais será também fundamental. A ruptura com a realidade excludente, desigual e opressora e com a necrocultura que se instalou no país será inevitável. A solidariedade, a colaboração e a criatividade poderão ser a chave para a reinvenção e a adoção de práticas possíveis daqui dez anos.

Deve-se cuidar para aprender com as experiências e restrições do presente, pois, se mesmo com tantas dificuldades os atores culturais foram capazes de criar, é porque é possível imaginar e propor novas formas de gerir. Temos muito a aprender com o modo como se produz conhecimento e cultura nas comunidades, vielas, periferias e favelas. São atos de resistência e reexistência em que a cultura cotidiana é transformadora e a ação cultural é política e social. Elas configuram iniciativas autônomas que conformam agendas emergentes com respostas às necessidades sociais imediatas e urgentes.

O exercício de projetar futuros para a gestão cultural nos próximos dez anos nos remete à categoria freireana de inédito viável (FREIRE, 2005), o anúncio de algo ainda não vivido, mas que, quando percebido, torna-se possível. A construção de inéditos-viáveis, segundo Freire, requer um complexo processo político-pedagógico de percepção crítica da realidade e de superação das situações-limite. É por meio da denúncia da realidade excludente, desigual, opressora e genocida e do anúncio de possibilidades de mudança que o compromisso com a concretização de inéditos-viáveis se manifesta, através da práxis, da ação transformadora de superação da situação obstaculizante em que nos encontramos com reflexão e intencionalidade. A dialética de denúncia e anúncio passa pela problematização das contradições da realidade e da conscientização, que impulsionam a ação. Assim, a gestão cultural, inserida territorialmente e orientada por ações culturais de formação cidadã e pela defesa de direitos, seguramente contribuirá para a emersão de inéditos-viáveis.■

[ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM]
Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-secretário de cultura do estado da Bahia.
E-mail: albino.rubim@gmail.com

[LUANA VILUTIS]
Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Integra a equipe de pesquisadores do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) da UFBA e trabalha com formação e pesquisa nas áreas de políticas públicas e desenvolvimento com ênfase em estudos intersetoriais de cultura.
E-mail: luanavilutis@gmal.com

[GLEISE CRISTIANE FERREIRA DE OLIVEIRA]
Doutoranda e mestre em Cultura e Sociedade pela UFBA. Integra a equipe de pesquisadores do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Possui MBA em Gestão de Projetos pela Universidade Salvador (Unifacs). É pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) e se dedica ao tema da gestão e políticas culturais.
E-mail: gleise.cultura@gmail.com

Referências

ADORNO, Theodor. **Minima moralia**: reflexiones desde la vida dañada. Madri: Taurus, 1987.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3nZnvMq. Acesso em: 24 abr. 2021.

COHN, Gabriel. Adorno e a teoria crítica da sociedade. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1986. p. 7-30.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 45-65, 2005.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto; VILUTIS, Luana. Diversidade cultural, sustentabilidade e economia: qual a relação entre economia solidária e cultura? *In*: BARROS, José Márcio (org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2020. p. 62-87. Disponível em: https://bit.ly/3zstj37. Acesso em: 24 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LÖWY, Michel. Dois anos de desgoverno: a ascensão do neofascismo. **A terra é redonda**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: https://bit.ly/2XHwMxh. Acesso em: 1 mar. 2021.

OLIVEIRA, Gleise Cristiane Ferreira de. **Institucionalidade cultural**: o programa cultura viva da criação até a Lei n*º13018/2014*. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

PRETA, Stanislaw Ponte. **Febeapá**: festival de Besteira que assola o país. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Depois da pandemia seremos contemporâneos (ou até pós-contemporâneos). **CULT**, Salvador, 2020a. Disponível em: https://bit.ly/3zxHYtG. Acesso em: 22 set. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. **Alteridades**, Cidade do México, n. 60, p. 9-20, 2020b.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. La contemporaneidad como edad-media. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; NAVARRO, Raúl Fuentes (org.). **Comunicación**: campo y objeto de estudio. Cidade do México: Iteso, 2001. p. 169-181.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Da imaginação à constituição**: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016. 2018. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

VILUTIS, Luana. Gestão cultural comunitária em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Gestão cultural**. 13. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.